

CEDI - P. I. B.
DATA 14/12/84
CCO 100000008

SEMINÁRIO "ALTERNATIVAS ECONÔMICAS PARA AS RESERVAS EXTRATIVISTAS"

Nota para Imprensa

Os seringueiros, há 100 anos responsáveis pela base da economia regional amazônica, e hoje mundialmente reconhecidos como defensores da floresta, estão sendo dizimados pela atual política econômica do governo federal. Apesar do interesse pela questão ambiental, demonstrado reiteradas vezes pelo governo, a queda do preço da borracha está inviabilizando a economia da floresta, e pondo em risco experiências novas e promissoras para desenvolver formas rentáveis e sustentáveis de manejo da floresta. Se não for redirecionada a política do governo para o setor, a floresta será devastada, com graves consequências sociais e ambientais, não só para o Brasil, como para todo o planeta.

Foi essa a principal conclusão do seminário sobre Alternativas Econômicas para as Reservas Extrativistas, organizado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e o Instituto de Estudos Amazônicos, que reuniu mais de 100 pessoas entre lideranças dos seringueiros, colonos e índios, cientistas e pesquisadores, nacionais e internacionais, entre os dias 24 e 28 de fevereiro, em Rio Branco, capital do Acre.

A borracha nativa é o maior produto econômico da floresta. Sua exploração não é predatória e viabiliza o sustento de mais de 1 milhão de pessoas na selva. Fala-se que é subsidiada. Não é verdade. Existe reserva de mercado, devendo as indústrias darem prioridade para compra do produto nacional: os preços são administrados pelo governo e a TORMB (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha) taxa as importações. A TORMB gera uma média de US\$40 milhões ao ano, utilizados, no passado, prioritariamente para subsidiar o PROBOR, visando incentivar a produção cultivada da borracha no Brasil, com fracos resultados. Hoje, sustentam a máquina governamental do IBAMA, que absorveu a antiga SUDHEVEA. Nunca os benefícios desse dinheiro chegaram para os produtores de borracha na Amazônia, os seringueiros.

A borracha nativa da Amazônia constitui uma reserva estratégica de recursos e é componente essencial para o desenvolvimento da região. É através dela que as imensas regiões fronteiriças são defendidas, e que a floresta é conservada, gerando renda e emprego para milhares de pessoas. Além disso, constitui estoque genético imprescindível ao sustento dos seringais de cultivo.

No último ano caiu o preço da borracha em dois terços, chegando ao mais baixo nível em toda sua história. Não caiu,

porém, o preço do pneu para o consumidor, destino da maior parte da borracha nativa da Amazônia. Agora, quando os seringueiros são reconhecidos como defensores da floresta, depois de 100 anos de abandono, o governo quer abrir o mercado para importação, deixando o preço da borracha expulsá-los da floresta.

O Conselho Nacional dos Seringueiros entende que a diversificação da base produtiva na floresta, através da exploração de outros produtos (frutos, resinas, amêndoas, essências etc.), já iniciada, exige um tempo maior de maturação para beneficiar índios e seringueiros. Entendem também que a proteção da floresta, assegurada por estas populações, deve ser elemento central de uma política para Amazônia, com benefícios para toda a humanidade. Reconhece que os conhecimentos técnicos acumulados pelas populações que vivem da floresta constituem rico patrimônio a ser preservado. Todas essas funções econômicas, ambientais e sociais, não podem ser ameaçadas por uma visão imediatista da política para a borracha.

Portanto, o CNS propõe, por um prazo determinado (durante o qual a diversificação deve ser buscada) um preço que garanta um salário mínimo ao seringueiro e o redirecionamento dos recursos oriundos da TORMB para apoiar as experiências alternativas de manejo sustentado da floresta.

Os seringueiros buscam, a médio prazo, desenvolver sistemas agroflorestais, agregar valor aos produtos da floresta através do processamento com novas tecnologias e comercialização sob formas associativas, eliminando o tradicional mecanismo de exploração, que é o aviamento. Estudam possibilidades de mercado para mais de 100 produtos econômicos já identificados nas áreas extrativistas, além da melhoria da qualidade da borracha colocada no mercado.

Resultados promissores do seminário referentes às inovações buscadas para o processamento da borracha foram imediatos, através de assessoria tecnológica para implantação de mini-usinas de demonstração nas Reservas Extrativistas para melhorar a qualidade, o preço do produto e a vida dos seringueiros e índios. Também o arrendamento de uma usina de transformação da borracha, que poderia adquirir toda a produção do Vale do Acre, está em fase final de negociação.

Com oportunidade de, pela primeira vez na história da Amazônia, entrarem no mercado em pé de igualdade, as alternativas em implantação pelos extrativistas têm tudo para dar certo. Pesquisadores do seminário constataram que a usina de beneficiamento da castanha, em funcionamento em Xapuri há mais de um ano, já está aumentando a renda dos seus associados em mais de 60%. O valor das exportações dos produtos extrativistas do Brasil aumentou de US\$6 milhões para US\$60 milhões entre 1975 e 1985, e ainda existem novos

e promissores mercados, que estão crescendo rapidamente, para produtos verdes.

Todas essas possibilidades, porém, dependem, a curto prazo, da manutenção da ocupação da floresta através da exploração da borracha. O CNS cobra uma posição coerente do governo federal. O presidente Collor, no seu discurso de posse, declarou que o único fator que restringiria a operação do livre mercado no seu governo seria a questão ambiental. Enquanto isso, o dinheiro público do Fundo Constitucional de Investimentos do Norte está à disposição de pecuaristas para capital de giro, mas não pode ser utilizado para a comercialização da castanha e de outros produtos nativos regionais, como atestou a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri.

A realização deste seminário provocou fortes reações dos políticos do Acre. O presidente da Associação Comercial do Acre chegou a requerer habeas corpus para participar do evento. No entanto, as autoridades judiciais negaram tal pretensão, por se tratar de uma reunião técnica com acesso exclusivo aos convidados. Campanhas difamatórias contra ambientalistas, persistentes na imprensa acreana e desencadeadas desde a época em que Chico Mendes procurava alternativas aos desmatamentos, foram também intensificadas nessa semana. Houve, inclusive, um deputado estadual do PDS que defendeu, pela televisão, fuzilamento em praça pública de todos os ambientalistas que se colocarem contra a abertura de estradas na região. Ameaças como essa, que até esse momento estavam restritas a lideranças rurais, podem se estender a outros segmentos da sociedade, ameaçando o processo de democratização do país, prejudicando ainda mais a imagem do Brasil no mundo.

Rio Branco, 28 de fevereiro de 1991.

ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA
CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS
UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS
INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS